



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO - ESTADO DA BAHIA  
CNPJ nº. 13.452.958/0001-65 - Praça João José do  
Nascimento, S/N, Centro - CEP 48565-000  
Telefax: (75) 3296-2217

PROJETO DE LEI Nº 413, DE 02 DE ABRIL DE 2018

"Dispõe sobre a Criação do Fundo  
Municipal de Apoio à Agricultura Familiar –  
FUMAF, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÍTIO DO QUINTO-ESTADO DA BAHIA, no uso de  
suas atribuições, conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que  
a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a presente Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Fundo Municipal de Apoio à Agricultura Familiar (FUMAF),  
com o objetivo de dinamizar as Atividades, Ações, Programas e Projetos voltados para o  
desenvolvimento rural sustentável do Município, tendo como público prioritário os  
Agricultores Familiares que desenvolvem suas atividades econômicas na condição de  
proprietário, meeiro, arrendatário, posseiro, comodatário, assentado ou reassentado de  
reforma agrária e acampado.

§ 1º - Agricultores Familiares, como estabelecido no Caput deste Artigo,  
corresponde a todos e todas que se enquadrarem na Lei Federal 12.326, de 26 de julho de  
2006, tais como pescadores artesanais, quilombolas, ribeirinhos e indígenas.

§ 2º - As Atividades, Ações, Programas e Projetos, objeto da aplicação dos recursos  
do FUMAF, podem ser concebidos e operacionalizados pela União, pelo estado da Bahia, pelo

Recebido  
02/04/2018  
José Neto da Silva  
Secretário

APRESENTAÇÃO 02/04/18  
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO 09/04/2018

CÂMARA M. SÍTIO DO QUINTO/BA

APROVADO  
Em 09/04/2018

03.595.114/0001-10  
CÂMARA MUL. DE SÍTIO DO QUINTO  
Av. Antônio Marques, S/N  
Centro - CEP 48.565-000  
Sítio do Quinto - BA

Consórcio Público a que o Município integra, por Instituições da Sociedade Civil ou pelo próprio Município.

**Art. 2º** - O FUMAF será gerido conjuntamente pelo Prefeito, pelo Secretário Municipal de Finanças e pelo Secretário Municipal de Agricultura, devendo o município abrir e manter contas bancárias específicas para cada finalidade do fundo, assim como contas contábeis distintas, mas devidamente integradas ao orçamento municipal, de modo que seja possível destacar balancetes e balanços próprios, além das demonstrações de resultado dos exercícios anuais.

**Art. 3º** - O FUMAF poderá ter as seguintes receitas orçamentárias:

- a) Consignação na Lei Orçamentária Anual do Município;
- b) Taxa de inscrição ou adesão dos beneficiários das Atividades, Ações, Programas e Projetos, segundo o regramento de cada um;
- c) Taxa de participação da Prefeitura Municipal;
- d) Taxa de participação de outro Ente Público (União, Estado, Consórcio) ou Privado (Empresa, Instituição Social);
- e) Os saldos do exercício anterior.

**Art. 4º** - Os recursos arrecadados pelo FUMAF estarão limitados à execução das seguintes finalidades:

Construindo uma nova história.

- a) Custeio de Patrulha Mecanizada;
- b) Promoção de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);
- c) Regularização Fundiária de Imóveis Rurais;
- d) Cadastramento e Regularização Ambiental de Propriedades Rurais (CEFIR);
- e) Atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS.

**Art. 5º** - Fica o Município autorizado a formalizar Convênios, Termos de Adesão, Termos de Parceria e outros instrumentos necessários para a execução de Atividades, Ações, Programas e Projetos voltados para o desenvolvimento rural com a administração pública

estadual ou federal, segundo as normas por esses entes concebidas, incluindo a captação e gestão de recursos do FUMAF, desde que não haja prejuízo ao cumprimento do marco regulatório jurídico inerente às Prefeituras Municipais.

**Art. 6º** - O FUMAF, no âmbito das suas finalidades, poderá ter as seguintes despesas:

a) Combustíveis, consertos, manutenção e pagamento de operadores de tratores, retroescavadeiras, caçambas e outros equipamentos necessários à dinamização da produção agropecuária e ou ampliação da oferta de recursos hídricos para a população rural;

b) Aquisição de veículos e equipamentos e o custeio de visitas de campo, cursos, seminários, campanhas, mutirões, dias de campo, palestras, reuniões e outras atividades de assistência técnica e extensão rural de agricultores familiares e suas organizações associativas;

c) Aquisição de equipamentos e o custeio de atividades de topografia, georreferenciamento, visitas de campo, reuniões, serviços de agrimensura, assessoria jurídica, serviços especializados, viagens e outras atividades necessárias ao processo de regularização fundiária de imóveis rurais;

d) Aquisição de equipamentos e o custeio de atividades de georreferenciamento, visitas de campo, reuniões, serviços de agrimensura, serviços de digitalização, viagens e outras atividades necessárias ao processo de regularização ambiental de imóveis rurais;

e) Alimentação, hospedagens, viagens, material de escritório, cursos, reuniões e eventos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável;

f) Oferta de contrapartida financeira para Convênios e outros instrumentos de parceria com Órgãos Públicos Estaduais ou Federais.

**Parágrafo único:** A efetivação das despesas do FUMAF seguirá os mesmos normativos aplicáveis às despesas públicas.

**Art. 7º** - As contas do FUMAF, além do processo convencional de supervisão e fiscalização por parte dos Órgãos de Controle, serão apreciadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs), com emissão de parecer a ser enviado à Câmara

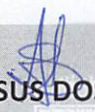





Municipal de Vereadores, até o dia 28 de fevereiro de cada exercício, referente ao exercício anterior.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Sítio do Quinto-Estado da Bahia, em 02 de abril de 2018.

  
**JAIR JESUS DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

  
PREFEITURA DE  
**SÍTIO DO QUINTO**  
Construindo uma nova história.